

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL- AOS FINAIS: perspectivas no ensino de Geografia diante da emergência climática

SANTOS DE JESUS, Thainá ¹

RESUMO: A crise socioambiental do século XXI evidencia a urgência de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, especialmente no Ensino Fundamental – anos finais. Este estudo analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na disciplina de Geografia, verificando como a temática ambiental é abordada. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, examina diretrizes e habilidades propostas na BNCC, relacionando-as a referenciais teóricos da área. Os resultados apontam que, embora a Educação Ambiental esteja presente no documento, sua aplicação enfrenta desafios, como a falta de formação docente e a abordagem fragmentada. A pedagogia emancipatória de Freire (1974) e a eco pedagogia são fundamentais para transformar o ensino em um processo reflexivo e crítico, promovendo o engajamento dos estudantes na preservação ambiental. A BNCC apresenta conteúdos transversais, mas é necessário que a Educação Ambiental seja integrada ao currículo de forma efetiva. Conclui-se que o ensino de Geografia pode desempenhar um papel essencial na construção de cidadãos conscientes, desde que haja investimento na formação docente e na adoção de práticas pedagógicas que estimulem a reflexão e a ação coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental Crítica; BNCC e Geografia; Pedagogia Emancipatória.

ABSTRACT: The socio-environmental crisis of the 21st century highlights the urgency of critical and emancipatory Environmental Education, especially in the final years of Elementary School. This study analyzes the National Common Curricular Base (BNCC) in the Geography discipline, verifying how environmental issues are addressed. The research, using a qualitative and documentary approach, examines guidelines and skills proposed in the BNCC, relating them to theoretical references in the area. The results indicate that, although Environmental Education is present in the document, its application faces challenges, such as the lack of teacher training and the fragmented approach. Freire's emancipatory pedagogy (1974) and ecopedagogy are fundamental to transforming teaching into a reflective and critical process, promoting student engagement in environmental preservation. The BNCC presents transversal content, but it is necessary for Environmental Education to be effectively integrated into the curriculum. It is concluded that teaching Geography can play an essential role in the development of conscious citizens, as long as there is investment in teacher training and the adoption of pedagogical practices that stimulate reflection and collective action.

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), UESB, *Campus* Vitória da Conquista BA, thainasantosdejesus96@gmail.com.

KEYWORDS: Critical Environmental Education; BNCC and Geography; Emancipatory Pedagogy.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar de ser um dos países com maior biodiversidade do mundo, enfrenta desafios significativos relacionados à conservação ambiental. O avanço do desmatamento, as queimadas, a poluição e o descarte inadequado de resíduos são algumas das principais ameaças aos biomas brasileiros, agravadas pela falta de políticas públicas eficazes. Esse cenário reflete a chamada Crise Socioambiental do século XXI, caracterizada por impactos ambientais de grande escala e desigualdade no acesso aos recursos naturais.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) assume um papel essencial ao promover reflexões críticas e formar cidadãos conscientes sobre a necessidade de práticas sustentáveis. Segundo Gadotti (2000), reorientar a educação a partir do princípio da sustentabilidade implica uma revisão curricular e um compromisso das instituições de ensino na formação de indivíduos engajados na preservação ambiental.

Assim, este artigo tem como objetivo avaliar o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere ao ensino de meio ambiente e cultura protecionista, com foco na sustentabilidade ambiental, durante o ensino fundamental – anos finais – na disciplina de Geografia.

É necessária uma Educação ambiental revolucionária no cenário atual, respectivo à emergência ambiental vivenciada nos últimos tempos. Enquanto a sociedade contemporânea enraizada na cultura do desperdício e consumo desenfreado, não obtiver consciência do cenário atual e principalmente entender a concepção de que somos natureza e não apenas fazemos parte dela fica difícil reverter ou amenizar a problemática ambiental.

Trabalhar a educação ambiental com foco na sustentabilidade nas escolas se faz necessária através das concepções acerca da pedagogia da emancipação, transformadora e dialógica tão necessária na contribuição de um melhor ensino aprendizagem entre educadores e educandos no quesito ambiental. Somente o

diálogo que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação (Freire, 1974).

Diante do contexto de crise planetária vivenciada nos últimos tempos, deve destacar o papel da escola, na figura dos educadores em preparar, pensar criticamente com o educando a respeito da realidade acerca das questões ambientais. A sociedade como um todo deve estar conectada como redes no combate ao desmatamento, poluição, descarte incorreto do lixo entre outras ações importantes e direcionar as crianças e adolescente do ensino fundamental é preparar futuros cidadãos críticos-reflexivo acerca da problemática ambiental.

É nesse quesito onde se destaca o uso da pedagogia da emancipação em sala de aula, pois as medidas contra o desastre natural que acerca o mundo não pode esperar mais, enquanto ações e práticas transformadoras não forem adotadas fica cada vez mais difícil reverter à situação a qual nos cerca. Para haver uma mudança significativa, precisa-se de escolas comprometidas com a revolução cultural e principalmente educarem a nossa geração (adultos) que estão acostumados com a cultura do individualismo e consumismo, depois transmitir as crianças para uma melhor contribuição de um futuro ecológico.

Reorientar a educação a partir do princípio da sustentabilidade significa retomar nossa educação em sua totalidade, implicando uma revisão de currículos e programas, sistemas educacionais do papel da escola e dos professores, da organização do trabalho escolar (Gadotti, 2000). De acordo essa perspectiva é notória a importância do preparo e engajamento dos educadores, independentemente de sua área de atuação, afinal o meio ambiente, a Terra é a nossa casa, o local onde fazemos parte, portanto é obrigação de cada ser humano fazer utilização dos recursos naturais de forma consciente e equilibrada sempre lembrando as futuras gerações que virão.

Enquanto a sociedade não reaprender a viver em sociedade de forma justa e igualitária, sem desmatar, poluir e consumir responsavelmente é impossível passar para as crianças o sentido de existir na esfera a qual habitamos. Os professores devem direcionar os educandos a serem cuidadosos e amorosos com a biosfera, ou seja, a vida existente no planeta Terra a qual o mesmo está inserido.

Diante desta situação crítica, pensar em educar as crianças através do

diálogo, das práticas educativas e necessárias a compreensão e reflexão do contexto o qual todos estão inseridos é de suma importância à participação de toda a comunidade escolar estar engajada não apenas em datas comemorativas como o dia do meio ambiente ou dia mundial da água. Ainda que trabalhado de forma transversal seja imprescindível desenvolver nos ambientes formais de ensino projetos que levem os alunos a questionarem além dos muros da escola e de acordo a sua realidade local o que de fato está acontecendo e quais são as práticas a serem adotadas.

Pensar as nossas relações cotidianas com os outros seres humanos e espécies animais e vegetais e procurar alterá-las (nos casos negativos) ou ampliá-las (nos casos positivos) numa perspectiva que garanta a possibilidade de se viver dignamente é um processo (pedagógico e político) fundamental e que caracteriza essa perspectiva de educação. (Reigota, 2017). É nesse intuito o enfoque desta pesquisa, de ampliar as práticas eco pedagógico e emancipatórias e com o pensamento e reflexão de que todos têm o direito a uma qualidade de vida e principalmente ter acesso a natureza, a uma educação de qualidade e tantos outros aspectos fundamentais a existência humana.

Desse modo é preciso demonstrar respeito e dedicação ao cuidar do meio ambiente, principalmente no âmbito educacional deve ser significativo, participativo, comprometido, pois nenhum indivíduo aprende sozinho. Precisamos trabalhar em conjunto, em formas de redes, adotando o diálogo nas salas de aula e adotando uma cultura revolucionária e protecionista para assim podermos ainda cuidar da mãe Terra, do nosso planeta azul e principalmente termos um futuro mais justo e igualitário para todos os viventes do agora e das futuras gerações.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na pesquisa documental. O estudo se concentra na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Anos Finais do Ensino Fundamental, na disciplina de Geografia, com o objetivo de investigar como a temática ambiental é abordada nesse documento normativo.

A análise documental será realizada a partir da identificação de diretrizes, competências e habilidades relacionadas à Educação Ambiental e à cultura da sustentabilidade, verificando sua articulação com referenciais teóricos da área. Dessa forma, espera-se compreender de que maneira a BNCC propõe o ensino da temática ambiental e como essa abordagem pode contribuir para uma educação mais crítica e emancipatória.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre sociedade e natureza sempre foi um dos grandes desafios da humanidade. No Brasil, as transformações na paisagem tiveram início já no período colonial, quando a exploração do litoral começou a alterar os ecossistemas naturais. As primeiras tentativas de exploração foram realizadas por meio do sistema de feitorias, adotado na costa africana. Entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, realizada mediante troca com os povos indígenas (Fausto, 1995, p. 42).

Com a Revolução Industrial, a sociedade passou a refletir sobre os impactos do modelo de produção e consumo no meio ambiente. Desde então, eventos globais, como a ECO-92, trouxeram à tona a necessidade de ações concretas para conter a degradação ambiental:

A sociedade civil mundial, reunida no fórum Global da ECO-92, apresentou um conjunto de propostas e soluções para a crise ecológica e social aprovando os conhecidos “Tratado das “ONGs” e estabelecendo as bases sociais, políticas econômicas, científicas e culturais desse novo paradigma” (Gadotti, 2000, p. 28-29).

Atualmente, observa-se um descaso governamental em relação à preservação ambiental, agravado por práticas como queimadas, descarte incorreto de resíduos sólidos e poluição dos rios. No Brasil, as desigualdades socioeconômicas contribuem para que parte da população viva em condições precárias, próximas a lixões e áreas ambientalmente degradadas. Além disso, a exploração excessiva dos recursos naturais ameaça o equilíbrio ambiental e reforça a necessidade de uma mudança cultural em prol da sustentabilidade.

A Educação Ambiental (EA) emerge como um caminho para essa transformação. Segundo Reigota (2017, p. 18-19), a educação ambiental, mesmo sem resolver todos os problemas planetários, pode formar cidadãos conscientes e críticos:

Claro que a educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade e vice-versa haverá uma mudança na vida cotidiana que, se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos (Reigota, 2017, p. 18-19).

A **BNCC** propõe a incorporação da temática ambiental de maneira transversal nos currículos escolares. Entretanto, a Educação Ambiental ainda enfrenta desafios em sua implementação, como a falta de formação docente e a dificuldade na abordagem interdisciplinar. Bizerril e Faria (2001) destacam que muitos professores apontam barreiras para desenvolver projetos de EA, que vão desde a resistência institucional até a falta de tempo para planejar atividades interdisciplinares.

A **pedagogia emancipatória e crítica**, defendida por Freire (1974), também se mostra essencial para a EA. A ideia de que o educador e o educando aprendem juntos em um processo dialógico fortalece a necessidade de um ensino que promova o pensamento crítico e a ação coletiva em prol do meio ambiente. "O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa" (Freire, 1974).

Diante disso, a Educação Ambiental deve ser abordada de forma integrada à Geografia, pois esta ciência permite compreender a interação entre sociedade e natureza, analisando os impactos das atividades humanas sobre o espaço geográfico. Conforme Cavalcanti (2003), não basta apenas dominar os conteúdos geográficos; é necessário articular esse conhecimento com a realidade dos estudantes, respeitando suas condições físicas, intelectuais e socioculturais.

A Educação Ambiental na BNCC

A BNCC apresenta diversos conteúdos que podem ser trabalhados sob a perspectiva da Educação Ambiental. A seguir, organizamos algumas habilidades propostas para os anos finais do Ensino Fundamental em uma tabela, relacionando-as à temática ambiental:

Quadro 01: Relação entre Unidades Temáticas da BNCC e Habilidades de Educação Ambiental no Ensino Fundamental

ANO	Unidades Temática da BNCC	Habilidades Relacionadas à Educação Ambiental
6° Ano	Conexões e escalas Relações entre os componentes físico-naturais Transformação das paisagens naturais e antrópicas	- (EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação atmosférica, o tempo e os padrões climáticos. - (EF06GE04) Descrever o ciclo da água e comparar o escoamento superficial no ambiente urbano e rural. - (EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais. - (EF06GE06) Identificar paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e da industrialização. - (EF06GE07) Explicar mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.

7º Ano	Natureza, ambientes e qualidade de vida Biodiversidade brasileira	-(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional e sua biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrado, Caatinga, etc.). - (EF07GE12) Comparar unidades de conservação municipais e nacionais com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
8º Ano	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	- (EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando-os com movimentos sociais latino-americanos.
9º Ano	Diversidade ambiental e transformações nas paisagens da América Latina	- (EF08GE21) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e sua importância para a pesquisa ambiental global.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na BNCC (BRASIL, 2017).

Além dessas habilidades específicas, é importante destacar que a Educação Ambiental não deve se limitar a esses conteúdos. Como a Geografia estuda a interação entre sociedade e natureza, toda a disciplina pode ser um espaço de

debate sobre a crise ambiental, os impactos antrópicos e a busca por soluções sustentáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental, quando incorporada ao ensino de Geografia, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e engajados na preservação ambiental. No entanto, sua efetivação no currículo escolar ainda enfrenta desafios, como a falta de formação docente e dificuldades na abordagem interdisciplinar.

É necessário que professores e gestores estejam preparados para abordar a Educação Ambiental de forma transversal e emancipatória, incentivando os alunos a refletirem sobre suas ações e seu impacto no planeta. Como destaca Dickmann (2020), a educação deve proporcionar um espaço para que os estudantes se tornem sujeitos ativos na transformação da realidade socioambiental: "Para haver libertação deve haver, necessariamente, seres humanos sujeitos de seu processo de educação, onde, conscientes da realidade que vivem, desejam, num ímpeto de ser mais, libertar-se em comunhão".

Dessa maneira, a Educação Ambiental deve ser compreendida não apenas como um tema, mas como uma ferramenta essencial para promover uma sociedade mais justa, sustentável e consciente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- BIZERRIL, M.; FARIA, D. S. **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 82, n. 200-01-02, p. 57-69, 2001. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1349>
- BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995. 42 p.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5ª edição. São Paulo: Papirus Editoras, 2003

DICKMANN, Ivo. Pedagogia do ser Mais. Chapecó: Editora Livrologia. 2020.60 p.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. Fundação Peirópolis. 2000. 40 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro:** Paz e Terra. 1974. 98 p.

REIGOTA, Marcos. **O Que é Educação Ambiental.** Editora Braziliense, 2017. 13 p.